

Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE
JOAQUIM VENÂNCIO

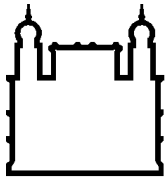
MINISTÉRIO DA SAÚDE
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO
CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM SAÚDE

O papel da mídia na divulgação das questões ambientais.

Por

Diego Perpetuo Antunes
(especialização em Gestão em Serviços de Saúde)

Rio de Janeiro,
Fevereiro de 2007



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE
JOAQUIM VENÂNCIO

MINISTÉRIO DA SAÚDE
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO
CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM SAÚDE

O papel da mídia na divulgação das questões ambientais.

Por

Diego Perpetuo Antunes

(especialização em Gestão em Serviços de Saúde)

Monografia apresentada à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio como requisito obrigatório para conclusão do Curso Técnico de Ensino Médio em Saúde, com habilitação em Gestão em Serviços de Saúde.

Orientação: Neila Guimarães Alves

Rio de Janeiro,
Fevereiro de 2007

A Deus por ter me concedido o dom da vida, sem o qual seria impossível a realização desse trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pois sem ele não estaria aqui.

À minha mãe por me apoiar em todas as decisões que tomei. Ao meu pai que sempre me incentivou em todas as etapas da produção deste trabalho e da minha vida em geral.

À minha orientadora, Neila que me aturou durante todo este ano me dando o devido apoio ao longo da realização deste trabalho.

A todos os meus amigos da EPSJV que fizeram os momentos de preocupação ficarem mais descontraídos.

A todos que conheço e pude vir a conhecer graças a este trabalho.

SUMÁRIO

I-	INTRODUÇÃO	7
II-	O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A FORMAÇÃO DO SUJEITO ECOLÓGICO	9
	1. A CIDADANIA E A FORMAÇÃO DO SUJEITO ECOLÓGICO	9
	2. EDUCAÇÃO AMBIENTAL: PRIMEIROS PASSOS	13
III-	A CONSCIENTIZAÇÃO ECOLÓGICA DO PÚBLICO	17
IV-	INFORMAÇÃO: SIMPLES FERRAMENTA OU INSTRUMENTO DE AÇÃO?	23
V-	MEIO AMBIENTE E MÍDIA	35
VI-	CONCLUSÃO	41
VII-	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42

RESUMO

O homem vem se relacionando com o meio ambiente desde a sua origem, pois é dele que ele retira seus meios de subsistência e garante então sua sobrevivência. Porém as formas do homem lidar com a natureza forma mudando com o passar do tempo, pois, este possui uma capacidade criadora, que o distingue dos outros seres vivos, e com isso foi evoluindo ao longo de sua existência e criando tecnologias para auxiliar na realização do seu trabalho e melhorar sua qualidade de vida.

Esse avanço, porém, apresenta aspectos negativos, pois, com a tecnologia seu poder de transformar o meio ambiente se ampliou de uma forma assustadora, chegando inclusive a causar danos para si próprio.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar o modo como o homem vem tratando dos temas ambientais nas ultimas décadas e primordialmente, como a mídia, em específico a televisão, tem mostrado os efeitos dessa interação homem-natureza.

I. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas do século XX, o papel dos meios de comunicação de massa foi amplamente investigado e discutido por muitos estudiosos das ciências sociais aplicadas, mediante estudos e ensaios. Esses autores procuraram analisar sua influência na formação e controle da opinião pública desde uma perspectiva social, política, ideológica inclusive a cultural. Ao mesmo tempo, o processo de globalização, juntamente com o aumento da capacidade de interferência na natureza, gerando impactos, cada vez maiores no ambiente, o que abre caminho para discussões relacionadas com o assunto.

O objetivo deste trabalho é diagnosticar a função da mídia no contexto da discussão do meio ambiente, ou seja, como os meios de comunicação têm sido empregados a serviço ou contra a conservação dos bens naturais. A mídia emprega uma linguagem adequada ao nível de compreensão das massas? Ou, ao contrário, sua mensagem não é compreensível para a grande maioria?

Nos tempos atuais, a comunicação passou a fornecer bases para que a humanidade se coloque diante de si mesma numa perspectiva de avaliação de seu passado, da trajetória de seu desenvolvimento e da projeção de seu futuro. (Ramos 1995 p.13).

Partindo desse contexto é possível afirmar que o domínio da informação está diretamente ligado ao poder de interferir e reorientar as inter-relações humanas e da sociedade com a natureza.

Contudo, os jornais e a televisão têm colaborado para que as questões ambientais cheguem ao conhecimento do público, sendo por diversas vezes suas fontes principais com relação ao assunto.

O papel desses veículos revela-se decisivo nos processos de formação de opinião sobre a problemática ambiental. Entretanto, os meios de comunicação social constituem meios de massa e, ao mesmo tempo, meios de elite, em outras palavras, como instrumentos de difusão de mensagens a todos os indivíduos da sociedade eles funcionam como meios de massa, porém eles em geral, pertencem às camadas mais ricas da sociedade, que por diversas vezes utilizam esses meios em prol dos seus interesses.

A participação dos meios de comunicação na difusão do conhecimento é ser um instrumento mediador, ou seja, atua como referencial do mundo exterior, um sistema de representações, que interage com o conhecimento pessoal direto adquirido pelo indivíduo através de sua formação cultural, convivência social e experiência própria.

Os meios de comunicação são responsáveis pela ampla difusão de informações sobre a temática ambiental, tornando-se um elemento essencial para a consecução de caminhos que levem à solução dos conflitos de interesses políticos e econômico, tornando-se um fator limitante para o alcance de uma visão globalizante do meio ambiente.

Afinal que tendências o atual discurso veiculado pela mídia, tem proporcionado no que tange à Educação Ambiental?

Esta pesquisa busca levar o possível leitor a refletir um pouco sobre o atual contexto em que se encontra a EA, e como foram seus primeiros passos rumo ao que nós conhecemos hoje como sendo Educação Ambiental, e como a mídia participa dessa construção.

II. O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A FORMAÇÃO DO SUJEITO ECOLÓGICO

1. A CIDADANIA E A FORMAÇÃO DO SUJEITO ECOLÓGICO

Os movimentos sociais contra a degradação do meio ambiente vêm se articulando nos últimos tempos com as lutas democráticas pela implantação de um novo modelo de cidadania. A defesa dos direitos ambientais das populações vem unificando grupos com objetivos distintos e específicos, essas lutas sociais têm por objetivos práticos introduzir princípios democráticos no uso dos recursos naturais, ou seja ampliar o acesso a esses bens naturais. Pois como o meio ambiente é o suporte natural da vida e do trabalho das populações, a luta contra degradação tem como objetivo a preservação dos cidadãos, da vida e do trabalho.

Podemos considerar o meio ambiente como a base natural sobre a qual se estruturam as sociedades humanas. Ao longo dos diferentes estágios da sua evolução histórica o homem modificou esse ambiente de acordo com suas necessidades.

O que se verifica em escala local transpõe-se para uma escala global: a biosfera é um espaço coletivo cujo equilíbrio está sujeito às modificações causadas pelo homem sobre a natureza, e suas conseqüências ultrapassam fronteiras locais.

Em geral os elementos que compõem o meio ambiente não são passíveis de expropriação privada, porém alguns indivíduos têm o poder de alterar suas condições de uso. A terra por outro lado é um elemento que se tornou passível da apropriação privada, isso ocorreu fundamentalmente, no século XVIII, na Inglaterra, com o advento do Capitalismo. Quando ocorreu o processo de cercamento das terras, que ocasionou a

expropriação e expulsão dos camponeses de seus domínios e a transformação em proletariado assalariado.

A divisão da sociedade em proprietários e não-proprietários de terra, alterou radicalmente as condições de existência dos últimos, que passaram a depender da venda de sua força de trabalho para a sua sobrevivência, o que os tornou dependentes da oferta de emprego por parte de capitalistas da indústria e do comércio. A sociedade capitalista transformou a terra em mercadoria e, então, a terra passa a ser subordinada às leis de mercado, e as leis da natureza passam assim a ter sua vigência condicionada pelas leis de mercado e da produção do lucro.

Os movimentos sociais viabilizaram e expandiram, ao longo da história, o espaço dos direitos na sociedade. A liberdade religiosa em geral foi obtida através das guerras de religião; as liberdades civis, da luta dos parlamentos contra os soberanos absolutos; a liberdade política e as conquistas sociais; do amadurecimento do movimento operário; a assim por diante.

No Estado de Bem-Estar constituído nos países capitalistas centrais, tais direitos estenderam-se à proteção contra o desemprego, ao direito a educação básica gratuita e de qualidade, vale lembrar que para manter o ritmo de vida que esses países possuem, as nações menos desenvolvidas em geral, são altamente exploradas, o que dificulta inclusive sua ascensão a esse grupo restrito dos países desenvolvidos.

Na sociedade brasileira, os direitos civis e políticos têm vigorado nos períodos de normalidade nas instituições democráticas, porém as condições de exercício de tais direitos permanecem precárias para a maioria da população, ou seja eles são validos apenas no “papel”, a população desprovida dos meios de existência necessários a sua constituição como sujeito político - autônomo, pouco pode fazer para mudar sua situação, o descaso também entra em cena quando muitos direitos são exercidos precariamente por falta de fiscalização e controle do Estado. Caso freqüente em muitos hospitais do Brasil, que funcionam de maneira irregular, mesmo quando existe verba para manter o seu bom funcionamento.

A esse quadro considerado precário, somam-se as limitações que as condições ambientais de existência colocam para o exercício dos direitos adquiridos pela população,

se essas condições não permitem o pleno exercício da cidadania, dizemos então que ela sendo executada de forma restrita.

Os conflitos ambientais podem ser implícitos ou explícitos, os implícitos são aqueles em que as comunidades são atingidas por um processo de degradação ambiental do qual não tem consciência. Em certos casos mesmo havendo consciência, as comunidades não podem associar a degradação aos atores sociais.

O conflito social é explicitado, quando as comunidades estabelecem uma relação lógica imediata entre a degradação do meio e a ação de agentes sociais determinados.

Mas em grande parte dos casos, a contaminação do meio ambiente por efluentes industriais, embora ocorra com repetida freqüência a partir de uma mesma fonte, em geral é apresentada como sendo um fato acidental.

O acidente ambiental é, na verdade, a explicitação do risco permanente a que é submetida a população.

Quando a degradação do ambiente não se opera de forma visível, como nos casos de acidentes ambientais a consciência de que a população foi atingida em seus direitos por uma agressão ambiental pode não surgir enquanto não se manifestarem os efeitos na saúde da população. Mas existe obrigação por parte do governo ou entidades de noticiar tais fatos? A legislação ambiental brasileira se pronuncia como podemos ver a seguir.

A legislação ambiental brasileira define quatro tipos de informação, cuja divulgação é do poder público:

a) os resultados de análises efetuadas, quando solicitados por pessoa legitimamente interessada;

b) os pedidos de licenciamento de atividades potencialmente poluidoras;

c) o pedido de registro de agrotóxico;

d) o anuncio das audiências publicas para apresentação de Relatórios sobre o Meio Ambiente;

Portanto, para que os direitos ambientais da população possam ser exercidos é indispensável a democratização da informação.

A população de posse dessas informações pode identificar as fontes geradoras de degradação ambiental, e pleitear na Justiça, a proteção dos direitos ambientais atingidos.

Na ausência de informação cientificamente comprovada, as populações atingidas devem fazer valer da sua força através da sua percepção das alterações provocadas no meio ambiente.

Quando pensamos no meio ambiente como o espaço onde se estabelecem trocas entre indivíduos e grupos sociais, percebemos que a igualdade de direitos, concebida pela ordem jurídica oriunda do pensamento liberal, se torna uma ficção.

Na realidade, sobre os diferentes usos que se fazem do meio ambiente, existem diferentes relações de troca involuntárias. Desse modo, tanto no ar que respiramos quanto na água que bebemos, somos obrigados a consumir, involuntariamente, produtos tóxicos derivados do uso de determinados agentes lançados no ambiente comum, nesse contexto não há livre contrato, nem igualdade jurídica.

Existe então uma relação de troca forçada, na qual os indivíduos consomem substâncias para as quais inexistente qualquer tipo de demanda monetária, este consumo forçado e regular de poluentes foi tolerado, ao longo da história do capitalismo, enquanto contra ele não se levantou a consciência dos direitos de cidadania, que eram continuamente desrespeitados. As trocas forçadas, mediadas pela natureza, constituem, portanto, agressões ambientais.

De fato, em toda agressão ambiental, há um grupo mais diretamente atingido em seus direitos. Mas, considerando-se o meio ambiente como "patrimônio público a ser assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo", tal como na lei 6938/1981 (Lei Política Nacional de Meio Ambiente), as agressões ambientais afetam o próprio interesse público.

Ao definir o meio ambiente como "bem de uso comum do povo", a Constituição Federal de 1988 estabeleceu que os bens ambientais não podem ser utilizados pelo Estado ou por particulares de forma a que seja impedido o usufruto coletivo desses bens.

2. EDUCAÇÃO AMBIENTAL: PRIMEIROS PASSOS

As preocupações do homem atual com o meio ambiente receberam importantes contribuições das reflexões realizadas pelos povos orientais e da Grécia clássica, culturas sensibilizadas com a relação homem-natureza e suas conseqüências.

Nas décadas de 50 e 60, impulsionado por avanços tecnológicos do pós - guerra, o homem ampliou sua capacidade de produzir alterações no ambiente natural, com mais freqüência nos países desenvolvidos, os quais possuíam recursos para investir no desenvolvimento de tecnologias. Na década seguinte os efeitos já eram percebidos na qualidade de vida. Pois a demanda por recursos naturais crescia espantosamente, e a consciência de uns poucos já se alertava com o fim a que isso levaria.

Com a queda da qualidade de vida, os países desenvolvidos sentiram a necessidade de buscar soluções para a possível crise que se apresentava. Dentre as soluções apresentadas surgiu, com uma certa unanimidade, a idéia de que era preciso criar formas de educar os povos, isso funcionou como um impulso para o surgimento do conceito de educação ambiental.

Os principais fatos que marcaram o surgimento e o fortalecimento da educação ambiental no mundo e no Brasil foram, por ordem cronológica:

-A Conferência de Estocolmo sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano, em 1972, onde foi elaborado um Plano de Ação Mundial que recomendou aos países a criação de programas de Educação Ambiental;

-O Encontro Internacional de Belgrado, em 1975, patrocinado pela UNESCO que reuniu especialistas de 65 países e delineou os princípios básicos para um programa internacional de Educação Ambiental em um documento denominado Carta de Belgrado;

-A 1ª. Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, em Tsilibi, na Geórgia (antiga URSS), em 1977, organizada pela UNESCO que definiu os conceitos e as propostas de educação ambiental até hoje utilizadas;

-A resolução do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) em 1984, estabelecendo as diretrizes para as ações de Educação Ambiental no Brasil;

-O curso de Especialização em Educação Ambiental ministrado pela Universidade Federal de Brasília, em 1986;

-A aprovação do parecer 226/87 pelo Conselho Federal de Educação Ambiental na proposta curricular das escolas do 1º e 2º graus;

-A promulgação da Constituição Brasileira onde há um artigo que legisla sobre meio ambiente, incumbindo o poder público da promoção da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino;

-A criação do IBAMA (agência brasileira de proteção ambiental) e o Fundo Nacional de Meio Ambiente, que passam a apoiar vários projetos de educação ambiental no país;

-A II Conferencia Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano, no Rio de Janeiro, em 1992, reunindo 170 países. A Carta da Terra, o documento oficial da Rio-92, elaborou três convenções (Biodiversidade, Desertificação e Mudanças Climáticas), uma declaração de princípios e a Agenda 21 (base para que cada país elabore seu plano de preservação do meio ambiente).

-A 1ª Conferencia Brasileira de Educação Ambiental, em 1997, patrocinada pelos ministérios da Educação e do meio ambiente;

Ressaltamos apenas os fatos que tiveram maior impacto, quando falamos no desenvolvimento da educação ambiental, vale lembrar que ocorreram diversas manifestações não mencionadas durante esse período, mas que nem por isso deixaram de ter relevância.

Com a evolução desses movimentos, podemos destacar algumas características que podem ser consideradas básicas e têm regido diversas práticas, em seguida destacaremos três:

- *A ênfase na resolução de problemas práticos que afetam o meio ambiente.*

A análise dos problemas ambientais deve ser realizada sob os seus vários aspectos: social, político, histórico, econômico e cultural;

- *Abordagem interdisciplinar*

Devido à complexidade dos problemas ambientais e aos múltiplos fatores ligados a eles, utiliza-se uma abordagem interdisciplinar que aplica as diversas áreas do conhecimento (biologia, engenharia, sociologia, estatística e etc) para encontrar as soluções do problema.

- *A questão ética*

O conhecimento adquirido sobre o ambiente muda a forma de compreender e olhar a realidade. Vários grupos sociais se sensibilizam quanto à necessidade de construir novos valores e ter uma postura ética e solidária em relação à natureza;

Entre diversas definições de educação ambiental destacamos duas:

“Uma dimensão dada ao conteúdo e á pratica da educação, orientada para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente através de enfoques interdisciplinares, e de uma participação ativa e responsável de cada individuo e da coletividade”. (Conferência de Tbilisi, 1977).

“Entende-se por Educação Ambiental os processos por meio dos quais o individuo e a coletividade constrói valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à

sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.” (Art.1º da Lei nº 9.795, de abril de 1999).

III. A CONSCIENTIZAÇÃO ECOLÓGICA DO PÚBLICO

A situação ecológica mundial deve ser encarada com toda seriedade, pois as conseqüências dos nossos atos podem causar danos irreversíveis. Contudo por mais drásticas que possam ser as condições ambientais, nada será feito no sentido de melhorá-las, a não ser que as pessoas e os governantes tomem consciência e atuem em relação ao problema.

A percepção e a avaliação sobre um dado meio ambiente variam, não só de uma pessoa para outra, mas também para o próprio indivíduo, conforme as situações se alteram.

A consciência ecológica, não é um elemento novo, alguns especialistas vêm enxergando há muito tempo a que destino a sociedade, baseada na idéia do lucro e progresso, pode levar a humanidade.

Na década de 30, a racionalização ambiental começou a ocupar certo espaço no meio científico, tanto é que já em 1933 foi redigida a famosa **Carta de Atenas**, na qual se pode ler:

“A maioria das cidades estudadas oferecem na atualidade a imagem do caos: estas cidades não correspondem em nenhum momento ao seu destino, que seria o de satisfazer as necessidades primordiais biológicas e psicológicas de seus habitantes”.

Durante as décadas de 40 e 50, foram poucas as vozes que se empenharam no ideário ambientalista. Entre elas podemos citar Aldo Leopold autor de *A Sad Country Almanac* (1949), Rachel Carson, com seu livro *The Sea Around Us* (1951), Julian Huxley, Albert Schweitzer e alguns poucos mais.

A publicação de *Silent Spring*, de Rachel Carson, em 1962, é geralmente considerada o marco entre a fase da consciência restrita a uns poucos sábios e a fase da divulgação de massa, nos Estados Unidos, principalmente. Esse livro causou um enorme impacto nas pessoas, que passaram a perceber que caso não fosse feita alguma coisa, urgentemente, suas existências poderiam ser ameaçadas.

Foi, no entanto, na segunda metade da década de 60 que o movimento ambientalista ganhou força definitiva.

Foi nessa década que surgiu o Clube de Roma (1968) congregando cientistas, economistas e altos funcionários governamentais, com a finalidade de interpretar o que foi denominado sistema global. Consistiu na reunião dos países mais desenvolvidos e que, em 1972 patrocinou a publicação da obra **Limites do Crescimento**, que falava a respeito da inviabilidade do sistema econômico baseado na produção e consumo infinitos.

A Europa fez do ano de 1970 o “Ano da Conservação Européia”, com isso jornais e revistas do mundo inteiro passaram a dar destaque às informações sobre problemas ecológicos.

Em 1972 foi convocada a primeira Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente, que se realizou na cidade de Estocolmo.

Como consequência dessa conferência, criou-se o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), com sedes em Nairobi e Kênia e que coordena as atividades mundiais da organização nesse setor.

O fato mais significativo que demonstra a popularização do tema ambientalista tem sido a criação de organizações não-governamentais (ONGS), cujo ideário é baseado nas premissas ecológicas.

Por ocasião da Conferência de Estocolmo, a posição do Brasil quanto à questão ecológica não foi uma das mais favoráveis, tanto é que durante a conferência de 1972, praticamente, convidou algumas indústrias a virem poluir no Brasil. Mas, já a partir de 1973 essa situação começou a mudar, através da formação de um movimento composto por parte de alguns grupos de cientistas, intelectuais e arquitetos. Vale lembrar que nesse período o Brasil se encontrava sob domínio de um regime militar, que tinha suas atenções voltadas para outros interesses que, em geral, não eram os ambientais.

O papel que **Silent Spring** exerceu no Brasil, ficou a cargo de uma entrevista com o paisagista Burle Marx, publicada pela revista “Veja”, em setembro de 1976. Nela, Burle Marx denunciou a devastação impune do patrimônio natural brasileiro e afirmava: *“Creio que é tempo de o Brasil aprender a amar a natureza: as florestas, os rios, os lagos, os bichos, os pássaros”*. O que ele propunha era uma renovação no nosso conceito de patriotismo.

Dois meses depois, a mesma “Veja” publicava extensa reportagem “As Pobrezas de um País Rico”, ainda montada em grande parte sobre as denúncias de Burle Marx, qualificando-o como “*o primeiro, mais respeitado e até pouco tempo solitário sacerdote da ecologia no País*”.

Este início, mais os evidentes e inevitáveis reflexos da Conferência de Estocolmo, por certo, contribuíram para a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente, em 1974, para coordenar, a nível federal, as atividades oficiais com relação à ecologia.

Apesar dos debates sobre a poluição em Santos em 1974, foi em 1975 o grande ano da “explosão” das notícias sobre ambiente nos meios de comunicação de massa brasileiros.

O primeiro incidente ecológico de repercussão nacional ocorrido 1975 foi à arrojada atitude de Carlos Alberto Dayrell, um universitário de 21 anos, que resolveu arriscar sua segurança para salvar uma árvore que queriam derrubar em Porto Alegre para dar lugar a uma avenida. Ele subiu na árvore e se recusou a descer dela, fato que o fez receber a solidariedade de centenas de pessoas, a hostilidade de policiais e a cobertura da imprensa. Depois de horas de conversação com as autoridades ele conseguiu fazer com que a árvore não fosse derrubada.

Em abril de 1975, um cargueiro finlandês tentou despejar nas costas do Brasil sete toneladas de arsênico, a opinião pública reagiu com firmeza e também o governo, que acabou conseguindo impedir o despejo. No mesmo mês, o petroleiro iraquiano “Tarik Ibn Ziyad” deixou escapar 20 000 toneladas de óleo nas águas da baía de Guanabara, matando milhares de aves, peixes, provocando incêndios na superfície da água, impedindo o banho e causando uma verdadeira comoção pública.

O caso mais grave aconteceu em junho de 1975, na cidade de Santo André na grande São Paulo, uma inversão térmica provocou a descida de uma enorme camada de poluentes sobre o município, atingindo inclusive a capital. Houve pânico, centenas de famílias deixaram às pressas suas casas, em busca de socorro, os bombeiros tiveram de entrar em ação, várias pessoas precisaram ser hospitalizadas. Nesse momento o nível de conscientização da população começava a se elevar, com relação às questões ambientais.

Conferências, simpósios e congressos sobre o tema passaram a ter um grande número de participantes. Em 1977, ocorreram diversas manifestações populares, sendo uma das principais, em defesa do Vale do Paranapanema, em São Paulo, onde uma

grande empresa pretendia instalar uma indústria de celulose. Uma intensa e custosa campanha mobilizou prefeitos, vereadores e o público em geral, que incluiu até a edição de jornais tablóides, constituindo-se na ação de maior fôlego já empreendida até o momento em defesa da ecologia no Brasil.

Embora em São Paulo se concentrasse a maior atividade ambientalista, outros Estados também haviam demonstrado um alto nível de conscientização ecológica. O estado do Rio Grande do Sul, que contava com o mais popular líder ambientalista brasileiro, o químico José Lutzenberger, um dos criadores da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural, que afirma, entre outras coisas, que *“ecologia pressupõe equilíbrio de forças entre todos os seres vivos e isso significa, em última análise, justiça social”*.

O estado do Espírito Santo, que conseguiu conquistar, a atenção de todo o País, através da bem sucedida luta do naturalista Augusto Ruschi em defesa da preservação da reserva biológica de Santa Lúcia, na cidade capixaba de Santa Tereza, ameaçada pelo governo estadual, que pretendia permitir sua exploração, por uma empresa particular interessada nos palmitos da reserva.

Minas Gerais, que viu lançado o documento-protesto “Verdade Ecológica do Brasil” pelo Centro para Conservação da Natureza, que defende idéias como: *“Vivendo sob um sistema que lhe aponta o dinheiro como único valor pelo qual vale a pena lutar e com um contato apenas com a natureza já transformada e irreconhecível, o homem urbanizado incorpora-se ao imenso contingente dos que ignoram o valor dos recursos naturais e, simplesmente desrespeitam e espoliam a natureza; para eles, ganância, ambição desmedida do lucro, não são vícios, mas virtudes que os fazem “triumfar” na vida”*.

O Paraná, onde o advogado José de Aguiar Dias propôs que o cidadão passasse a se valer de ações populares como *“instrumentos idôneos da proteção do interesse coletivo, no campo do dano ecológico”*.

O que ocorreu com êxito no estado do Pará, onde ações populares conseguiram obter o embargo da construção do Centro Administrativo Governamental, porque destruiria última reserva florestal de Belém.

Os exemplos se sucedem em todas as frentes do conhecimento e da atividade humana. Mas, em geral, foram movimentos isolados sem uma coordenação e uma filosofia que os unificasse.

De fato, nenhuma entidade ambientalista abrangia todo o país, mas apesar desse contratempo, já se podia falar com segurança na existência de um início de conscientização ecológica, abrangendo setores importantes da sociedade brasileira. No entanto, por diversas vezes se limita aos estratos mais elitizados da população, aqueles com condições intelectuais e econômicas para consumir informações através de livros e jornais que lhes proporcionem uma visão do contexto mundial.

Acredito que é possível atribuir grande poder de penetração das informações através dos meios de comunicação, em particular, da televisão, porém, o que os meios de comunicação de massa podem fazer e têm feito, é chamar a atenção do público para determinados assuntos, acontecimentos ou personalidades e fornecer-lhe informações prontas a respeito do assunto, dando margem a que não haja maiores reflexões sobre o tema. Entretanto, no que se refere à mudança de opinião e estímulo à ação, os meios de comunicação interpessoal são muito mais eficientes e uma combinação entre estes e os meios de comunicação de massa pode conseguir resultados melhores.

Sendo assim, em qualquer campanha de opinião pública, a televisão, o rádio, os jornais, o cinema, são eficientes no papel introdutório ou informacional, enquanto os canais pessoais são os mais eficientes para o papel legitimador ou ativador.

Há diversos exemplos de campanhas que utilizaram apenas dos meios de comunicação de massa como fonte informacional e acabaram resultando em memoráveis fracassos, como a tentativa de se “vender” uma imagem positiva da ONU na cidade de Cincinnati, nos Estados Unidos, pesquisas demonstram que a informação deve ser dirigida ao cotidiano das pessoas e não ser tomada de forma genérica, pois só quando a informação diz respeito aos assuntos pessoais e ordinários do público, ela conseguirá auxiliar na mudança de opinião ou comportamento.

Lições de pesquisa em comunicação ensinam aos que tentam formar uma consciência ecológica, que é preciso dirigir suas mensagens aos problemas reais das pessoas; estabelecer objetivos específicos, realizáveis e mensuráveis para que se possa acompanhar o êxito ou fracasso da campanha.

Finalmente, é preciso falar sobre um assunto que requer muita cautela, as falsas campanhas, que fazem com que o público forme uma pretensa consciência ecológica: as campanhas que localizam erroneamente as causas ambientais e procuram apontar

soluções que somente têm eficácia momentânea. Para evitar esse tipo de problema as pessoas têm que ter um senso crítico um tanto apurado, para não cair em tais armadilhas.

IV. INFORMAÇÃO: SIMPLES FERRAMENTA OU INSTRUMENTO DE AÇÃO?

O envolvimento da mídia nas questões ambientais é tão recente quanto a própria organização do movimento ambientalista no Brasil. A Conferência Eco-92, para muitos pesquisadores é um divisor de águas.

Se por um lado houve uma superexposição multimídia dos assuntos tratados na Conferência da ONU, por outro lado, poucos dias depois da ocorrência do evento, como atesta Ramos (1996, p. 146), a temática foi praticamente deixada de lado.

As conferências da Biosfera (Paris, 1968) e Meio Ambiente (Estocolmo, 1972), exerceram influência limitada sobre alguns poucos profissionais

Mídia e meio ambiente parecem se encontrar num momento crítico da história; o da crise dos modelos de desenvolvimento, baseados na exploração sem limites dos recursos naturais e no conseqüente esgotamento destes. É nesse contexto que se consolida o processo de industrialização e a ocupação desordenada do ambiente urbano, desse modo às conseqüências sociais são imediatas, porém, as ambientais demoram mais tempo a aparecer.

A população em geral só participa das questões político-sociais no fim dos anos 1960, que é quando a mídia, primeiro na Europa e depois na América, se sente provocada pelo tema. A partir daí o desenvolvimento dos meios de comunicação contribui para acelerar a conscientização ambiental. Primeiramente, dando ênfase as tragédias, como Chernobyl, Césio 137 no Brasil, vazamentos de petróleo no mar, degradação da fauna e da flora.

Os sistemas de comunicação social, principalmente os de natureza privada, que funcionam em rede nacional, trazem uma visão positivista do problema, revelam a extensão de tragédias ambientais, desmatamentos poluição do ar da água, mas não vão além da indignação e do sensacionalismo. O que temos, então, é uma cobertura insuficiente que não permite ao receptor ter uma visão ampla sobre todo o processo e nem de todos os envolvidos.

Para que haja maior pressão social e cultural em torno do tema, será necessário garantir ao público, através da mídia, acesso à informação para a compreensão dos

aspectos técnicos, institucionais e sociais. A mídia não tem desempenhado uma função continuada, com relação à educação ambiental, mas ela pode ser capacitada para tratar das questões ambientais numa perspectiva de sustentabilidade.

Embora nos últimos anos os meios de comunicação de massa não têm procurado, traduzir a associação do homem com o meio em que vive, a informação é essencial para a conscientização pública de segmentos da sociedade sobre como agir para a promoção da sustentabilidade.

Partindo da premissa de que todos têm direitos à informação e que a imprensa é a forma de democratizar a informação científica e tecnológica, a mídia deve expressar a pluralidade de opiniões e proporcionar um retrato não fragmentado da realidade.

Temos então dois lados diferentes em questão, por um há o reconhecimento do papel mobilizador dos meios e da necessidade de qualificar a informação para que ela funcione como um meio de pressão; por outro temos o direito inalienável do homem de receber informações fidedignas, de natureza plural e não fragmentada.

É nesse contexto que se impõe como missão da mídia a promoção ou massificação do conceito de desenvolvimento sustentável nos termos definidos pelo Relatório Brundtland, Nosso Futuro Comum (1987): busca simultânea de eficiência econômica, justiça social e harmonia ecológica. Em outras palavras, a exploração dos recursos naturais, os investimentos econômicos e o desenvolvimento tecnológico não devem comprometer a construção de um futuro justo, seguro e próspero, embasado na responsabilidade comum com o estado do planeta.

Esse ponto de vista resgata uma discussão antiga sobre o papel da comunicação de massa: *informar, educar, entreter, persuadir, promover a integração individual e coletiva, na realização do bem-estar social (Beltrão; Quirino, 1986).*

Pensar os meios de comunicação com uma função pedagógica, principalmente quando se fala do meio ambiente, têm sérias implicações. Uma delas é a estrutural, as grandes redes estão organizadas como indústrias e como tal buscam sobrevivência mercadológica dentro do sistema capitalista. Ainda que os

meios de comunicação falem de meio ambiente e sustentabilidade, não perdem de vista o modelo que os sustenta, o que em certo ponto implica numa postura pacífica com relação aos problemas enfrentados, o que estaria em questão, no entanto não seria a mudança de modelo econômico, mas sim a realização de ajustes. É nessa direção que a chamada ética ambiental ganha espaço: sugere mudanças de comportamento individual e empresarial, ajusta a legislação, consolida os processos de certificação.

Essa “nova consciência” se constitui, para a mídia, tanto como ferramenta importante de massificação de conceitos quanto de responsabilidade social, na qual se inclui a questão ambiental, limitando por outro a percepção crítica da realidade.

Na “democratização” das responsabilidades, o que tem acontecido é o seguinte; os mais fracos são apontados como responsáveis pela maioria dos problemas enfrentados como: desperdício, pela contaminação da água e pela sujeira dos rios, esse fato é favorecido pela cobertura oferecida pela maioria dos meios de comunicação. As indústrias, que também são as grandes vilãs desse processo, não aparecem nomeadas e se escondem sob o coletivo: indústrias.

O estudo de Ramos (1996) revela que as matérias publicadas no período da Conferência de 92 privilegiaram, apenas, o enfoque político-econômico da problemática ambiental, reduzindo, portanto a dimensão multidisciplinar da questão por ignorar os seus elementos sociais e científicos, o que os distanciou de uma visão sistemática do problema. O que não se passou de entender o Desenvolvimento Sustentável, como uma crítica e uma proposta de superação do modelo que privilegiou a degradação da natureza e a exclusão social.

. A ecocidadania implica a clara noção de direitos, deveres e responsabilidades cívicas na busca de uma sociedade sustentável, o que envolve, o plano das idéias, da cultura e o político-econômico, muito mais do que a simples idéia de cidadão, ecologicamente correto que é veiculada pela maioria dos meios de comunicação.

Com relação aos campos da educação básica, pesquisas recentes revelam que boa parte das informações que os professores de escolas públicas recebem sobre meio ambiente vem da mídia, especialmente, da televisão, o que, em alguns

casos é repassado como sendo uma verdade absoluta para os alunos, o problema não está na fonte das informações, mas sim em como esse material é tratado.

Vale ressaltar que, pela nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases) de 1996, a educação ambiental foi incluída nos chamados temas transversais e incorporada aos currículos das escolas públicas e privadas de ensino fundamental ao ensino médio.

Para o ONU (Organização das Nações Unidas), num documento preparatório a Conferência sobre Meio Ambiente, citado por Dias (1993, p.27),

(...) a educação ambiental deve permitir a compreensão da natureza complexa do meio ambiente, interpretar a interdependência entre os diversos elementos que conformam o ambiente, com vistas a utilizar racionalmente aos recursos do meio na satisfação material e espiritual da sociedade no presente e no futuro.

E ainda acrescenta:

Para fazê-lo, a educação ambiental deve capacitar ao pleno exercício da cidadania, através da formação de uma base conceitual abrangente, técnica e culturalmente capaz de permitir a superação dos obstáculos à utilização sustentada do meio. O direito a informação e o acesso às tecnologias capazes de viabilizar o desenvolvimento sustentável constituem, assim, um dos pilares desse processo de formação de uma nova consciência em nível planetário, sem perder a ótica, local regional e nacional. O desafio da educação, nesse particular, é o de criar as bases para a compreensão holística da realidade.

Muitas vezes a televisão tem sido o principal veículo de informação dos professores, ela, porém apresenta alguns aspectos negativos como a falta de criticidade e apresenta os dados segundo a perspectiva do veículo, ou seja, segundo seus interesses.

Quanto ao problema citado acima, uma alternativa seria uma leitura mais atenta e mais crítica, de jornais, revistas e programas de televisão, antes de levar as informações para a sala de aula.

Moran (1993.) explica que a comunicação é uma das dimensões da cidadania e que uma leitura crítica “não pode pretender, simplesmente, afastar-nos dos meios, mas procurar que a nossa participação seja a mais atenta, democrática e crítica possível em cada momento”. (p.37). Para ele a finalidade principal da educação para uma leitura crítica dos meios é...

... ajudar a desenvolver em cada um a percepção mais ativa, atenta, de acompanhamento consciente do que significa viver em comunhão com o mundo e conseguir formas de comunicação mais fortes, autênticas, expressivas, significativas, ricas que superem o reducionismo empobrecedor das formas convencionais de relacionamento (op.cit: p.40).

De acordo com este autor, a atitude de ignorar os meios de comunicação por parte dos educadores, não passa de uma decisão simplista, eles existem com suas possibilidades e contradições, o que deve haver é o desenvolvimento de métodos que permitam uma leitura crítica dos meios de comunicação, porque eles representam um meio importante na busca de uma nova prática educacional, principalmente em meio à nova era informacional, em que os dados transitam com uma velocidade incrível em meio ao espaço físico, isso faz com que conceitos sejam disseminados de uma maneira nunca antes vista. Por isso é importante a criação de um senso crítico com relação às informações que nos são transmitidas independentemente de sua fonte de origem.

A partir de agora trataremos de um instrumento que vem se tornando freqüente nos países de tradição democrática, que são as pesquisas de opinião, instrumento cada vez mais utilizado no processo de formulação de políticas públicas, funcionando como consulta a população sobre diversos assuntos de interesse público.

Países como Estados Unidos, Canadá, Inglaterra e França, fazem há anos pesquisas sobre temas ambientais, possuindo séries históricas de vinte, trinta, as vezes até quarenta anos, o que permite a esses países verificar como a problemática ambiental foi ganhando importância na vida dessas sociedades e que políticas ambientais têm mais apoio ou adesão.

No Brasil isso só começou a acontecer, timidamente, há aproximadamente vinte anos, quando foram feitas algumas pesquisas sobre “poluição”, em São Paulo, o grande fenômeno dos anos 1960 e 1970, quando a sociedade urbanizada descobriu os efeitos colaterais da industrialização, tida naquele tempo como sinônimo de desenvolvimento. Pesquisas sobre contaminação do ar em Cubatão e São Paulo começaram, então, a serem feitas, mas nenhuma delas se tornou uma pesquisa sistemática de opinião. Em outros temas existiam apenas pesquisas pontuais, em suma, nesse período de regime autoritário não havia pesquisa de opinião pública, até porque opinião pública era uma coisa que não se devia estimular.

Nesse período, os institutos de pesquisa sobreviviam fazendo pesquisas de pouca importância política, ou melhor, que não poderiam suscitar nenhum tipo de repercussão com relação ao governo. Alguns institutos sobreviveram fazendo pesquisas sobre marcas de sabão em pó.

Nas vésperas do Rio-92 reunião a respeito do meio ambiente mais importante feita até o momento, as instituições de pesquisa privadas e as poucas públicas existentes nas universidades ainda não tinham despertado interesse com relação à temática ambiental.

O instituto Gallup americano resolveu realizar uma pesquisa em vários países com o objetivo de medir o quanto a população estava preocupada com os problemas ambientais globais (contaminação dos mares, extinção de espécies animais e vegetais, efeito estufa, etc.) esta ficou conhecida como Healthy Planet (Planeta Saudável).

Essa pesquisa apontou o que os brasileiros achavam do assunto, em geral resposta obtida foi: nada, um fato curioso, mas justificável, o que mostra que a problemática realmente não fazia parte da agenda pública em questão. O ambientalismo brasileiro, então denominado de “ecologismo”, era incipiente, pouco conhecido como ideologia, pouco vivido como prática social, pouco pensado como atividade intelectual ou de pesquisa como se pôde ver anteriormente.

Um cadastro realizado por três organizações não-governamentais sobre o número de organizações e grupos ecologistas, em meados da década de 1990

(ECOLISTA, Mater Natura/ WWF/ISER, 1995), forneceu o seguinte dado: existiam cerca de 900, espalhados pelo Brasil inteiro, em geral elas funcionavam com poucos militantes (menos de 20), tinham orçamentos irrisórios e uma atuação local, em geral, tinha pouca efetividade na formulação de políticas públicas. Esta situação mudou após a realização da Rio-92.

Temos que levar em consideração que nesse momento na maioria dos países, o interesse em meio ambiente era coisa da “classe média” altamente escolarizada, gente que já teve suas necessidades básicas resolvidas e, portanto tinha condições de se preocupar com “qualidade de vida”.

Nesse período os ecologistas ainda possuíam uma visão preservacionista com relação à natureza, eram românticos que pregavam amor à natureza, ou radicais que se opunham ao desenvolvimento que o governo e as empresas se propunham a produzir (usinas nucleares, hidrelétricas, desmatamento para urbanização ou plantação de soja, retificação de rios pra torna-los navegáveis). Esses especialistas ainda estavam um pouco distante do denominado Desenvolvimento Sustentável, tema abordado na Rio-92 e que propõe uma mudança no modo de se pensar a natureza, utilizando racionalmente os recursos naturais, como já foi mencionado anteriormente.

Um fato importante tem que ser levado em consideração, em dez anos o tema evoluiu de maneira considerável no ideário popular, resultado de um conjunto de fatores internos e externos, que impulsionaram esse fluxo de consciência pública. No Brasil isso se deve primordialmente pelo fato da Rio-92 ter acontecido aqui, a superexposição que o tema obteve por aqui antes, durante e depois da Conferência, definitivamente fez com que a problemática ambiental fosse retirada de segundo plano com relação a outras discussões, até então consideradas mais importantes, tanto entre as elites mais informadas quanto entre a população em geral, meio ambiente começou a ser relacionado a uma série de eventos dramáticos que a pauta do progresso fez surgir.

A mídia começou a abrir espaço para o tema, jornais começaram a divulgar previsões terríveis sobre o efeito estufa, sobre o aumento do buraco da camada de ozônio, sobre o comportamento da biodiversidade, a partir daí as pessoas

começaram a perceber que estavam todas a mercê de um mesmo destino, estavam todas no mesmo “barco”, pois os fenômenos que estavam em questão poderiam afetar a todos independentemente de nação ou credo.

Fato este que já podia ser percebido desde a publicação do Relatório Nosso Futuro Comum, também conhecido como Relatório Brundtland, publicado em 1987.

Já se pode perceber a mudança no modo de lidar com os fatos, antes pouca importância era atribuída e os fatos eram encarados de maneira isolada, agora já se fala em futuro comum, com relação ao Brasil podemos perceber que em termos ambientais ele nunca foi mais o mesmo depois da Rio-92.

O principal fator interno que contribuiu para a modernização conceitual da gestão ambiental e o progressivo crescimento do tema na agenda pública foram a extensão e o aumento da densidade da vida política democrática.

Entretanto o ambientalismo se manifesta em cada país de acordo com as condições sócio-culturais das sociedades locais, adquirindo nessa ambiência nacional ou local características transformadoras ou meramente discursivas. Partindo dessa premissa, o ambientalismo brasileiro tendia a se expandir a partir de duas dinâmicas diferentes: uma superficial, sem capacidade transformadora e outra mais conseqüente, com capacidade de reformar mentalidades e instituições. A predominância de uma ou outra dinâmica implicaria condições mais ou menos favoráveis a promoção do chamado desenvolvimento sustentável.

Partiremos agora para a discussão de uma pesquisa realizada pelo IBOPE entre dezembro de 1991 e janeiro de 1992 envolvendo 3650 entrevistas domiciliares realizadas em todo o país. Esta pesquisa foi dividida em quatro blocos temáticos, sendo realizada em três períodos distintos, o anteriormente citado, 1997 e 2001, a seguir mostraremos alguns resultados obtidos para efeitos de análise.

Uma das variáveis estudadas foi “nível de escolaridade”, e se caracterizou como a mais importante, funcionando como determinante no padrão de respostas, isto é quanto mais alto o nível de escolaridade, mais consistente é o interesse, o conhecimento e a preocupação com as questões ambientais. Também se pode perceber que indivíduos moradores das cidades médias e grandes são mais informados e mais interessados.

A cor, o sexo e religião não se mostraram como fatores que fazem diferença, mas já a idade sim, o que foi percebido é que em geral as pessoas que tinham (55 anos ou mais) tinham menos interesse, independentemente da classe social ou do nível de escolaridade.

Outra informação obtida nesse período foi a do perfil do brasileiro ambientalista, ou simpatizante, que foi a seguinte: homem ou mulher que tem entre 22 e 45 anos possui alta escolaridade (superior incompleto ou mais), mora em centros urbanos e vê televisão, seu principal meio de informação sobre o assunto, aliás, este é um dado a ser considerado com atenção: pois cerca de 90% da população brasileira se informa sobre meio ambiente e em geral sobre a maioria das coisas por intermédio da televisão. A televisão ganhará mais destaque no capítulo seguinte: (pois se trata até então do principal meio de informação da população). A respeito dos jornais podemos dizer que menos de 40% dos brasileiros lêem jornais regularmente, somente 15% dizem fazê-lo diariamente.

Podemos observar como a problemática ambiental foi sendo incorporada: em 1992, quase metade da população (47%) não era capaz de identificar, espontaneamente numa pergunta aberta um problema ambiental na sua cidade ou no Brasil. Em 1997, esse percentual baixou para 36%, e em 2003 somente 25% foram incapazes de identificar um problema. Apesar do crescente avanço com relação a informação da população, esse número ainda é considerado alto na medida em que 1/4 da população não sabe identificar um problema ambiental.

Da mesma maneira que foi traçado o perfil do ambientalista, pode-se descrever com base em dados coletados o perfil do menos sensível e informado: ele tem mais chance de ser mulher do que homem tem baixa escolaridade (curso primário), tem 50 anos ou mais e mora no interior ou nas periferias urbanas, em termos regionais esse perfil se distribui conforme o nível de desenvolvimento, e o Sul-Sudeste se destaca à frente, deixando na lanterna o Nordeste e o Centro-Oeste.

Apesar das diferenças quanto à sensibilidade, informação e disposição para se envolver nas soluções ambientais identificadas, um fator foi determinante em todos os períodos em que foi realizada a pesquisa, predomina uma visão “natural” e “edênica” do meio ambiente. Independentemente da classe social, da escolaridade, da cor, do sexo, e da religião, os brasileiros consideravam o meio ambiente como sinônimo de fauna e flora, isso mostra que a idéia de ambientalismo presente era aquela que devia defender a natureza,

isso exclui as relações entre os seres humanos e o meio ambiente, já que as pessoas não se vêem fazendo parte desse meio. Isso vai de oposição a proposta de Desenvolvimento Sustentável, que enfatiza harmonia nas relações entre o homem e o seu meio, a fim de garantir a existência de ambas às partes.

Porém essa pesquisa mostrou um avanço, em 1992 no Brasil, 45% da população não incluía os seres humanos em sua concepção de meio ambiente, já em 2001 esse número caiu para 30%. Mostrando que houve um avanço, mas que a visão preservacionista ainda se encontra bem presente.

Esse fato pode ser confirmado, quando analisamos uma pergunta feita na pesquisa que dizia respeito a que tipo de organização ambientalista as pessoas gostariam de participar, e a maioria escolheu aquelas que protegem animais e plantas.

Ou seja as pessoas priorizam regiões ou temas que estão fora de sua percepção sensível, este fato em muito pode ser atribuído à mídia. Embora cada vez mais habitem a programação da televisão reportagens sobre desastres ambientais que afetam grandes populações, como foi o caso do derramamento de óleo na Baía de Guanabara pela Petrobrás, em janeiro do ano 2000, e o episódio da empresa Cataguazes que deixou sem água várias cidades ao contaminar um importante afluente da bacia do Paraíba do Sul, o imaginário das pessoas é capturado pelos santuários ecológicos, pelos programas do Discovery Channel e do National Geographic. Que implicações pode ter a permanência desse tipo de percepção?

Podemos citar o deslocamento da consciência em relação à ação, e também permite observar que há uma diferença entre a simpatia que a população diz ter com relação ao meio ambiente e o modo como o tratam. Essa consciência superficial pode gerar desde iniciativas individuais de pouco impacto até atitudes meramente discursivas, sendo que muitas vezes as ações preferidas são aquelas que não implicam pagar mais caro ou fazer algum tipo de desembolso financeiro, ou seja algum tipo de sacrifício.

Com relação às tendências de consumo, estudiosos do mundo inteiro dizem que os padrões de consumo estão mudando, mas não por fatores ligados à “consciência ambiental”, mas por causa da expansão da idéia de obter a melhor qualidade de vida possível. Mesmo que não seja por razões estritamente ambientais, o estilo de vida mais saudável contribui para que o impacto no ambiente seja menor.

Mas o que a população estaria realmente disposta a fazer pelo meio ambiente? De acordo com essa pesquisa alguns itens faziam parte da cesta básica protetora dos nossos cidadãos: separação de recicláveis, eliminação de desperdício de água e energia, sendo que a separação do lixo foi apontada como a preferida por 59% da população em 1992 e por 68% em 2001.

Isso pode ser considerado um fato curioso já que essas ações não estão relacionadas aos principais problemas ambientais identificados, quer no bairro, quer na cidade ou até mesmo em seu país. Quando se referia ao País ou ao mundo, o principal problema identificado ao longo da década foi o desmatamento, quando a referência foi o bairro ou a cidade, os problemas apontados são de saneamento ambiental (lixo, enchentes, abastecimento de água, poluição de rios, lagos e praias).

De um modo geral, os brasileiros mostraram ter simpatia pelo trabalho de grupos, entidades e organizações que trabalham pela conservação dos recursos naturais e pela melhoria da qualidade de vida, embora poucos tenham conseguido mencionar espontaneamente uma organização desse tipo. O associacionismo não é um fenômeno forte em nosso país, tanto é que apenas 1% dos entrevistados se diziam filiados a associações desse tipo.

Esse fenômeno e outros mencionados anteriormente podem ser comprovados se levarmos em conta o fato de que o enfrentamento de problemas ambientais não é prioridade para os brasileiros, e sim para parte das elites informadas, modernas e modernizantes, que são antenadas com as tendências de pensamento e comportamento globais, fato já mencionado anteriormente.

Para a nossa população, problemas como desemprego, violência, carências de saúde e educação são as prioridades. O que pode ser apontado como umas das causas do nosso atraso, com relação a países desenvolvidos. Mas não podemos deixar de observar que houve um avanço significativo, inclusive na conscientização de que os problemas devem começar a ser resolvidos em nível local, para depois pensarmos no nível global e as próprias vulnerabilidades urbanas têm contribuído pela via dolorosa das perdas de vidas e patrimônio, para que as questões ambientais emergjam com mais força na agenda pública e na consciência de governantes e governados.

Nós cidadãos vamos aos poucos descobrindo a capacidade reflexiva de nossas ações com relação ao ambiente, seja por meio da informação ou através da experiência, o que importa é que o nível de consciência vem aumentando e junto com ele a capacidade de transformar idéias em ação.

V. MEIO AMBIENTE E MÍDIA

Atualmente se torna difícil explicar o mundo em que vivemos sem mencionar os crescentes impactos de uma mídia cada vez mais onipresente, sofisticada e instantânea. Grandes conglomerados da indústria da informação e do entretenimento detêm o controle sobre a maior parte dos conteúdos veiculados ao redor do mundo pelas televisões, rádios, jornais e revistas, influenciando hábitos, comportamentos e padrões de consumo. Esse fenômeno que uniu os cinco continentes tem como principal veículo de comunicação a televisão, meio que será analisado neste capítulo, pois é o principal e possui a maior abrangência em todo o mundo.

Desde a sua primeira demonstração em 1926, pelo escocês John Logie Baird, a televisão vem fascinando telespectadores de todo o mundo, e ao mesmo tempo vem causando mudanças de pensamento, cultura, valores, costumes, opinião entre outras coisas.

A televisão adquiriu maior popularidade nas décadas de 40 e 50, quando passou por modificações e então começou a ser aperfeiçoada, se tornando o sonho de consumo da maioria das famílias em todo o mundo.

Como não poderia deixar de ser, inicialmente a televisão alcançou os países mais desenvolvidos como os Estados Unidos, Inglaterra e França, para somente mais tarde chegar aos países em desenvolvimento. No Brasil isso ocorreu por volta da década de 50, na qual começou-se a produzir este aparelho num ritmo crescente.

Já no início da década de 60, o mercado de produtos industrializados consolidou-se e o consumo cresceu, as emissoras de televisão tornaram-se empresas comerciais, tornando o mercado da publicidade mais um daqueles que se empenharia em lucrar.

Um dos maiores problemas oferecidos com a utilização da televisão está no fato dela apresentar tudo pronto para o telespectador.

“A mídia, ao mesmo tempo em que proporcionou a possibilidade de novos encontros, através de sons e principalmente de imagens, constituindo uma certa democratização de informações e conseqüentemente do saber, trouxe uma homogeneização de valores, de padrões, de costumes, bem como de subjetividade” (SOUZA 1990, p.30).

Nesta relação entre mídia e subjetividade, cabe refletir sobre o papel educativo que a televisão exerce no processo de formação dos sujeitos, o qual está centrado no uso e manipulação das imagens. Um dos modos em que ela interfere na subjetividade é a transmissão rápida de conteúdos, o que faz com que os telespectadores não tenham a iniciativa de refletir sobre o que está sendo mostrado, e passem a assumir uma postura passiva.

O conjunto dos meios de comunicação atualmente apresenta em sua programação uma linguagem que alcança todos os níveis sociais. No Brasil principalmente, por intermédio das novelas, mas também em programas de auditório, reality shows e nos comerciais, uma programação que tem a capacidade de criar modelos de comportamento, difundir atitudes e transmitir valores, isso quando nos referimos à problemática ambiental, pode ser fatal, pois certas práticas expostas por esses meios são tomadas como certas e levadas a diante podendo causar enormes prejuízos.

Os meios de comunicação como a televisão, não permitem interações como aquelas que ocorrem nos grupos sociais ou até mesmo em família que permitem um contato direto e servem para orientar o comportamento nos moldes estabelecidos em cada um dos grupos sociais. Entretanto, por mais que a estrutura dos grupos seja rígida, há sempre a possibilidade de uma negociação constante a respeito da aplicação das normas e dos valores que orientam suas decisões e ações, ou seja, sempre existe a possibilidade de uma reflexão a respeito daquilo que está sendo discutido, e isso só é possível graças a interação direta que ocorre entre os membros. Já no caso da televisão, o processo de socialização é diferente, pois a interação é indireta. A capacidade de interferir sobre o conteúdo das mensagens é bem limitada, a interpretação dos fatos é apresentada como sendo os próprios fatos.

Por meio da programação oferecida pela televisão, através de comerciais e propagandas são estabelecidos padrões de consumo, comportamento, atitudes e valores que atuarão como modelos a serem seguidos. A televisão tem alterado o comportamento das pessoas de um modo geral, seja na vida pessoal, na família ou na sociedade como um todo. O poder de penetração atualmente atribuído à televisão é tão amplo a ponto de conseguir formar uma geração de pessoas que não gostam ou não querem pensar por si mesmas.

Este conjunto de valores e idéias que tentam justificar e moldar as condições de vida e as relações entre os homens, em geral é transmitido através de mensagens persuasivas que têm o objetivo de convencer, levar o outro a aceitação de uma idéia; o que necessariamente não significa mostrar a verdade.

No noticiário, por exemplo, as notícias chegam praticamente em tempo real, contudo temos que ser cautelosos quanto ao que nos é transmitido, pois em geral é apresentada uma única versão do acontecimento, que pode ser influenciado por quem está transmitindo, quem escreveu a denominada matéria ou, principalmente, pelos interesses do grupo que comanda a emissora.

Agora retomando a problemática ambiental, a televisão continua despontando como a principal forma das pessoas se informarem a respeito do assunto. Mas de que modo a mídia vem retratando essa natureza?

Se prestarmos um pouco de atenção nos programas referentes ao assunto, que são apresentados tanto na rede aberta quanto na rede fechada, percebemos que existe uma extensa variedade de programas que são dedicados a flagrantes do reino animal, permeados de *takes cinematográficos* de lugares exóticos, sendo que estes obtêm altos índices de audiência.

Os programas do gênero na linha jornalística ou de documentários – feitos no Brasil ou importados da BBC, National Geographic e outros gigantes desse mercado em franca expansão – contribuem de forma extraordinária para a disseminação de uma cultura preservacionista, reforçando a idéia de que meio ambiente é sinônimo de fauna e flora.

Em geral para os profissionais de comunicação, meio ambiente ainda é uma questão periférica, porque não alcançou o sentido mais amplo que extrapola fauna e flora. A amplitude da questão ambiental pode ser percebida claramente na definição das agendas verde, marrom e azul, que inspiram a execução de políticas públicas no Brasil, bem como no conceito de “desenvolvimento sustentável”, tão presente atualmente.

O fato é que reduzir o meio ambiente à fauna e à flora é, definitivamente, um erro, e a mudança nessa percepção pode ser considerado um ponto fundamental na área da comunicação, porque faz com que os profissionais da mídia percebam a realidade de uma forma inteiramente nova, onde tudo se encontra conectado, interligado, relacionado.

Mas esse tipo de mudança implica na demanda de disposição por parte dos profissionais da área, a fim de mergulhar num universo que é cheio de “armadilhas”. Uma delas é o chamado jargão ecológico, recheado de expressões do tipo “manejo sustentável”, “emissão de gases estufa”, “ecoeficiência”, entre outros que recheiam os noticiários e outros informativos.

Um grande desafio também se encontra na linguagem que é utilizada para traduzir as informações, clareza e objetividade são essenciais para que idéias de torna científico possam ser difundidas sem perdas, pois quanto mais uma informação for mantida na linguagem científica, mais ela tende a ficar dominada por grupos restritos. De outro lado, se encontra a simplificação dos conceitos, que facilita a vida do jornalista, mas pode comprometer a essência da informação que se quer divulgar.

Como cada produto jornalístico alcança um público-alvo diferente, com maior ou menor nível de informação, cada caso demanda cuidados específicos.

Deixando a questão semântica, vamos agora partir para a natureza das notícias. O registro dos fatos e dos acontecimentos ocorre num ritmo cada vez mais frenético que vem determinado mudanças até no perfil do jornalista, podemos destacar esse fato com a frase do escritor e poeta argentino Jorge Luiz Borges que resume a correria do noticiário: “Para a imprensa o agora é o ápice do tempo”.

Como podemos perceber a maior parte dos noticiários veiculados na grande mídia, traz informações que tem relevância durante um curto período de tempo, e é nesse cenário que os profissionais da imprensa tendem a não entender como notícia o que não se resolve numa escala de tempo fora dos padrões usuais.

A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima estabelece no artigo 4º, parágrafo 1º, o compromisso dos países em desenvolvimento, entre os quais o Brasil, de “promover e cooperar na educação, treinamento e conscientização pública em processo”.

E a participação da mídia nesse processo é essencial para sua concretização, partindo desse pressuposto, por que questões como a do aquecimento global não tem tanta visibilidade na grande mídia? Uma das possíveis explicações seria: o efeito estufa não é um problema que pode ser resolvido em algumas horas ou dias, as projeções estabelecem prazos que podem chegar a 100 anos, o que é suficiente para fazer com que esta notícia se

torne ultrapassada. Isso se deve em parte as conseqüências do nosso modo de vida, cada vez mais acelerado e momentâneo, fazendo o futuro parecer cada vez mais distante.

Outro ponto importante é a multiplicidade dos fatos, a todo o momento somos bombardeados com informações que tem pouca ou nenhuma utilidade pessoal, estas perturbam nossa capacidade de discernir e entender a complexidade do mundo moderno com um olhar sobre o que é essencial.

Pode-se considerar uma premissa do jornalismo ambiental a percepção da realidade sobre um ponto de vista mais abrangente, privilegiando a qualidade de vida no planeta e o próprio planeta, vale ressaltar que isso foi um dos temas da Rio-92, importante Conferência já mencionada anteriormente e que pode ser considerada o ponta-pé inicial com relação a disseminação da problemática ambiental.

Fazendo com que expressões que antes só eram conhecidas no meio científico fossem difundidas de uma forma nunca vista antes.

Vale ressaltar um dos itens acordados, que no total somavam 27, da Declaração do Rio que dizia: “o homem é o centro e a razão do desenvolvimento sustentável e deve viver em harmonia com a natureza”, o que integra o ser humano na visão de meio ambiente, fato que por diversas passa despercebido.

Esse evento fez com que as mídias impressa e eletrônica aumentassem consideravelmente os espaços consagrados ao meio ambiente, mas em contrapartida a economia se tornou um assunto primordial, num mundo onde a voz da mídia muitas vezes se confunde com a voz do mercado, que possibilita que ocorra a globalização, que tem como base a sistema de telecomunicações.

Acredito que atualmente muitas empresas têm mostrado interesse em construir uma imagem ecologicamente correta, mas isso acontece não porque existe uma real preocupação com o assunto, mas sim devido às exigências que o mercado vem fazendo. Está se tornando comum o fato das empresas investirem alto em publicidade para anunciar que estão certificadas pela ISO 14001- a certificação em Sistemas de Gestão Ambiental (SGA) que define procedimentos importantes no controle de processos e monitoramento de impactos ambientais -, muitas delas tentando transmitir para as pessoas a idéia de que a presença dessa certificação eliminaria o risco dessa empresa cometer qualquer tipo de

crime ambiental. Esses artifícios são utilizados por diversas empresas e configuram a denominada maquiagem ambiental.

Os jornalistas ambientais vêm descobrindo novas formas de articulação fora das redações, como a Federação Internacional dos Jornalistas Ambientais (<www.ifej.org>), associação fundada em 1993 que reunia 7500 jornalistas de 110 países, e a Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental, criada pelos jornalistas Roberto Belmore Villar e João Batista Santa Fé Aguiar, que desde 1998, vem promovendo a integração de comunicadores de todas as regiões do país via internet. Considerada a mais moderna e revolucionária de todas as mídias, a Internet vem se revelando um poderoso instrumento de pressão em favor de causas ecológicas, tanto é que em dezembro de 1999 alguns ambientalistas suspenderam uma manobra de bancada ruralista no Congresso Nacional para aprovar um projeto de lei do deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR), alterando o Código Florestal, essa manobra implicaria a redução do percentual de reserva legal obrigatória em propriedades rurais na Amazônia, num único dia 189 das principais entidades ambientalistas do País produziram e assinaram via internet um manifesto que impediu a votação. A internet participa como agente à medida que permite a integração rápida e instantânea de pessoas de várias partes do mundo.

Podemos destacar no meio jornalístico, aqueles que privilegiam a arrumação de dados e estatísticas num texto que impressiona pelas informações que são balizadas pela ciência. Mas há também os que possuem uma escrita rebuscada e tentam impressionar pelos seus predicados, colaborando para a disseminação da visão preservacionista da natureza. Podemos destacar uma característica que parece ser comum aos jornalistas que tem interesse pela cobertura dos assuntos de meio ambiente: o amor à profissão.

Os jornalistas ambientais que se dedicam, realmente, ao assunto têm que lidar constantemente com a quebra de certos “dogmas”, ao tomar partido em favor da sustentabilidade, do uso racional dos recursos naturais, do equilíbrio que deve reger as relações do homem com a natureza, disso e também de tudo aquilo que remete a idéia de um novo modelo de civilização, que seja mais racional e não ponha em risco a existência dos seres vivos.

VI- CONCLUSÃO

A informação tem ganhado cada vez mais espaço, no cotidiano das pessoas, sendo fundamental no nosso convívio e essencial para a realização de discussões.

O que não é diferente quando falamos em Educação Ambiental, a medida que as informações que recebemos nos orientam na tomada das nossas decisões.

Porém essas informações devem ter veracidade e aplicação no nosso cotidiano, desse modo as informações tendem a fazer com que as pessoas se mobilizem com mais frequência, ao perceberem que têm esse poder de ação.

VII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GADOTTI, Moacir. Pedagogia da Terra. São Paulo: Ed. Peiropólis, 2000. (9-189).

SATO, Michèle e **CARVALHO**, Isabel. Educação Ambiental Pesquisa e Desafios. Porto Alegre: Ed.Artmed, 2005. (51-119).

ZHOURI, Andréa, **LASCHEFSKI**, Klemense **PEREIRA**, Doralice Barros. A insustentável leveza da política ambiental: Desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Ed Autêntica, 2005.

OLIVEIRA, Fátima, **GALVÃO**, Jami, **GREENHALGH**, Laura, **RIOS**, Luís Felipe, **PAZELLO**, Magaly, **CITELI**, Maria Tereza e **CORRÊA** Sonia. Olhar sobre a Mídia. Belo Horizonte. Ed: Edições, 2002.

LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. Ecologia e Sociedade: Uma introdução às implicações sociais da crise ambiental. São Paulo: Ed Loyola, 1978.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. Os porquês da desordem mundial: mestres explicam a globalização/ O desafio ambiental. Rio de Janeiro, Ed: Record, 2004.

BRANCO, Samuel Murgel. O meio ambiente em debate. São Paulo, Ed: Moderna, 2002.

RAMOS, Luís Fernando Angerami. O meio ambiente e os meios de comunicação. São Paulo, Annablume, 1996.

BELTRÃO, L.; QUIRINO, N de ^o Subsídios para uma Teoria da comunicação de massa. São Paulo: Summus. Editorial, 1986.

MORAN, J.M. Leitura dos meios de comunicação. São Paulo: Pancast, 1993.

DIAS, Genebaldo Freire. Educação Ambiental: princípios e práticas. Editora Gaia LTDA. São Paulo, 1993.